

Ata da 4ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em onze de fevereiro de 2014, com início às quatorze horas e quarenta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Sílvio José Gonçalves, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulino Pereira da Luz, Pedro Martendal, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, Na sequência solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa, que por sua vez, pediu ao segundo secretário que assim procedesse e, este prontamente aquiesceu. **PEQUENO EXPEDIENTE**- Emenda1 de 2014 ao Projeto de Lei nº 119/2013. Emenda 2 de 2014 ao Projeto de Lei nº 119/2013. Emenda 3 de 2014 ao Projeto de Lei nº 119/2013. Parecer favorável nº 16 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 ao Projeto de Resolução nº 1/2014. Parecer favorável nº 17 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 119/2013. Parecer favorável nº 18 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 119/2013. Parecer contrário nº 19 da Comissão de Justiça e Redação a Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 119/2013. Parecer favorável nº 20 da Comissão de Educação, Cultura e Desporto as Emendas 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 119/2013. Ofício do Gabinete do Executivo Municipal nº 55/2014, pedindo urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 6/2014. Ofício do Gabinete do Executivo sob nº 58/2014 pedindo urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 7/2014. Ofício nº 15-P/1 do Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde em resposta ao Requerimento nº 392/2013. Requerimentos nº 4, 6, 7 e 8/2014. Indicações de nº 33 à 49/2014. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: João Paulo de Lima, Sílvio José Gonçalves, Paulino Pereira da Luz, Rui Capelão, Pedro Martendal, Luiz Frare, Gugu Bueno e Romulo Quintino. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** - quando não houve qualquer solicitação, neste sentido. Na sequência, promovida à entrega do voto de louvor concedido pela Câmara Municipal de Cascavel à CATVE, em comemoração aos 10 anos de sua existência. No uso da palavra o vereador proponente, João Paulo, destacou o orgulho desta Cidade em abrigar tão distinto grupo de comunicação, responsável pela abordagem de assuntos educativos e informativos da maior relevância, além de campanhas socioeducativas divulgando o que acontece em Cascavel e Região. Destacou que o reconhecimento por este trabalho não era apenas dele, mas também, de todos os demais pares. Em aparte, o vereador Romulo Quintino, louvou a qualidade da transmissão e a grade de programas, tanto do rádio quanto da TV, tornando o grupo merecedor da homenagem tributada. Em nome do Grupo de Comunicações, o senhor Assis Marco agradeceu a honraria, frisando que o reconhecimento sinalizava que a CATVE estava trilhando o rumo certo. Na ocasião, mencionou a expansão do raio de ação do Grupo, ao tempo em que destacou que a notícia vem sendo apresentada em tempo real; condizente com as necessidades dos novos tempos. **ORDEM DO DIA** - O Presidente submeteu à discussão e votação a ata da 2ª sessão ordinária, realizada no dia 07 de fevereiro de 2014, que foi aprovada pela totalidade dos vereadores presentes. Quanto ao Projeto de Lei nº 119/2013, este recebeu 03 (três) emendas, que foram submetidas à apreciação da Comissão de Justiça

e Redação. No que concerne à análise por parte da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento houve consenso de que seria dispensável, uma vez que a Comissão de Justiça e Redação já zela por aspectos de legalidade. Na sequência, o senhor Presidente sugeriu que as emendas fossem comentadas conjuntamente, a fim de otimizar os trabalhos; sendo a proposta acolhida pelo plenário. Em discussão, usou da palavra o vereador Sílvio parabenizando o vereador proponente pela importância do projeto. Destacou que este já era bom, mas as emendas foram propostas com o fulcro de torná-lo ainda melhor. Mencionou que foi acrescentado ao rol de atividades desportivas: o autódromo, cartódromo, além de outras práticas, a fim de torná-lo mais abrangente. Proposto ainda, a concentração da responsabilidade na Secretaria de Esporte e Lazer, para controle dos 5% de ingressos gratuitos, de modo a tornar o acesso mais democrático. Elaboração de emenda prevendo a parceria com as escolas municipais; bem como, a exigência da matrícula e frequência nos bancos escolares e, por último, a concessão de vale transporte para o deslocamento até o local do evento. Em uso da palavra, o vereador Gugu Bueno, ponderou que a Secretária de Esporte e Lazer não pode cuidar da distribuição dos ingressos gratuitos se responsabilizando pela bilheteria de evento privado. Argumentou que na proposta original bastava ao pai ou responsável à compra do ingresso com antecedência de 24 horas, para garantir a criança menor de 12 anos o direito de receber o seu. Obviamente que atendidas às exigências do programa. Refutou a obrigatoriedade da declaração escolar e de matrícula, já que a evasão escolar é praticamente inexistente no município de Cascavel. Quanto ao fornecimento de vale transporte, destacou que tal medida acarreta impacto na planilha orçamentária, extrapolando a competência desta Casa. Finalizou o pronunciamento, com o encaminhamento de voto contrário as 03 (três) emendas propostas. Na sequência, o Presidente destacou que a Emenda 3, obteve parecer contrário, razão pela qual seria apreciada por primeiro, todavia facultou a manifestação sobre as demais Emendas. Em uso da palavra o vereador Rui Capelão, ponderou que a despeito de bom, o Projeto de Lei nº119/2013 apresentava falhas, propugnando por maior clareza, a fim de não ser vetado no futuro pelo executivo. Questionou o número de ingressos gratuitos passíveis se serem reivindicados por cada pai ou responsável, de menores de 12 anos. Aventou a possibilidade do promotor do evento não contemplar integralmente os 5% de ingressos gratuitos, defendendo o controle pela Secretaria de Esporte e Lazer. Questionou ainda, a não inclusão de outras modalidades esportivas, a exemplo do autódromo e cartódromo, por serem considerados, em tese, de elite. Quanto ao fornecimento de vale transporte, pontuou que a gratuidade é sempre suportada pela sociedade, pelo que dada a relevância da causa, não deveria pairar óbice. Em aparte, o vereador Sílvio destacou que a emenda conferindo a Secretaria de Esporte e Lazer este controle, teve por finalidade impedir a alegação de que expirou o número de ingressos gratuitos, quando na verdade tal não ocorreu. Em uso da palavra, o vereador Paulino pontuou que os pareceres favoráveis às emendas foram exarados, devido ao fato de democratizar o acesso das crianças aos eventos esportivos; ao tempo que aproveitou para parabenizar o vereador Gugu Bueno pela autoria do projeto. Em aparte, o vereador Sílvio explicou a possibilidade de sua utilização pela escola, como fator motivador para o estudo. Em uso da palavra, o vereador Romulo Quintino reconheceu a boa intenção das emendas, mas apontou a dificuldade de fiscalização, devido à falta de efetivo. Elencou diversas leis relevantes inseridas nestas circunstâncias. Em votação nominal, a Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 119/2013 foi rejeitado, por 16 votos contrários e 04 favoráveis.

Foram contrários os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. E favoráveis os vereadores: Sílvio José Gonçalves, Jorge Menegatti, Paulino Pereira da Luz e Rui Capelão. Em votação nominal, a Emenda 2 ao Projeto de Lei nº 119/2013 foi rejeitada, por 16 votos contrários e 04 favoráveis. Foram contrários os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. E favoráveis os vereadores: Sílvio José Gonçalves, Jorge Menegatti, Paulino Pereira da Luz e Rui Capelão. Na sequência, em votação nominal o parecer contrário a Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 119/2013 foi mantido, por 16 votos favoráveis e 04 contrários. Registrou-se à pedido da Presidência que as Emendas 1, 2, 3 são atinentes ao Projeto de Lei nº 119/2013 e não ao Projeto de Lei nº 119/2014, conforme constou erroneamente da Ordem do Dia. Em 2ª discussão, o Projeto de Lei nº 119/2013, usou da palavra o vereador Jorge Menegatti. O vereador Jorge Menegatti parabenizou o proponente do projeto, mas questionou a quantidade de ingresso gratuito, por cada pai ou responsável. Arguiu também, a falta de controle do índice de gratuidade; pelo que pediu vistas, a fim de discutir melhor estas e outras questões. No uso da palavra, o vereador Gugu Bueno encaminhou voto contrário ao pedido de vista. Em discussão, o pedido de vista ao Projeto de Lei nº 119/2013, usou da palavra o vereador Rui Capelão. O vereador Rui Capelão reiterou ser boa a intenção, porém péssima a essência, em razão da discriminação. O vereador Gugu Bueno lembrou que estava sendo discutido o pedido de vistas e não o mérito do projeto. Em votação nominal, o pedido de vista ao Projeto de Lei nº 119/2013 foi rejeitado por 16 votos contrários e 04 favoráveis. Foram contrários os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini; e favoráveis os vereadores: Sílvio José Gonçalves, Jorge Menegatti, Paulino Pereira da Luz e Rui Capelão. Em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 119/2013, usou da palavra o vereador Rui Capelão. Destacou a discriminação em relação à criança, já que não há prazo para a compra, enquanto que para a gratuidade, sim. Frisou ainda, que estes eventos são apenas para os ginásios de esportes e estádios, já que os demais são caros e de elite. Defendeu que não se pode restringir o número de crianças, quando acompanhadas dos seus pais e responsáveis. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti mencionou a lacuna, já que omissa em relação a quantidade de ingressos gratuitos por cidadão. Em uso da palavra, o vereador Sílvio Gonçalves, mencionou o artigo 5º do projeto, argumentando que quem administra o Estádio Olímpico é a própria Secretaria de Esportes e Lazer, o mesmo ocorrendo com relação ao Ginásio de Esporte, destarte questionou: se não deveria ser ela também, a se responsabilizar pela fiscalização. Lamentou que ao encontrar mecanismos para fiscalizar, infelizmente houvesse voto contrário. Em aparte, o vereador Rui Capelão mencionou a esperança de que o projeto fosse vetado pelo executivo, a fim de não permitir a discriminação da criança. Em uso da palavra, o vereador Nei Haveroth defendeu que o projeto em apreço trazia importante avanço. Explicou que nenhuma

criança ficaria excluída até o limite de 5% de gratuidade. Por último, se opôs a pecha de que estaria votando um projeto com fim discriminatório, sobretudo em se tratando de crianças. Em aparte, o vereador Fernando Winter enalteceu o projeto do vereador Gugu por estar desburocratizando a questão. Frisou que na atualidade, praticamente ninguém tem 10 ou 12 filhos, de sorte que se tivesse 3 ou mais enquadrados nos critérios, não haveria que se falar em óbice, para obter o benefício da gratuidade. Em aparte, o vereador Romulo Quintino parabenizou o vereador Nei pela clareza no pronunciamento e, lembrou o papel do plenário, sempre soberano e democrático. Em uso da palavra, o vereador Gugu Bueno destacou não estar discriminando qualquer criança, e protestou contra a falta de lógica, o que impossibilitava rebater condignamente os argumentos contrapostos. Lembrou a responsabilidade para com os atos praticados, destacando que ainda que fosse lindo um estádio só com criança, quem haveria de pagar a conta. Em 2ª votação nominal, o Projeto de Lei nº 119/2013 foi aprovado por 18 votos favoráveis e 02 contrários. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Sílvio José Gonçalves, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Paulino Pereira da Luz Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini; e contrários os vereadores: Jorge Menegatti e Rui Capelão. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 138/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em única discussão e votação, a Emenda 1 ao Projeto de Resolução 1/2014 corrigindo erro formal, foi devidamente aprovada pela totalidade dos vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 1 de 2014 foi aprovado por unanimidade. Em discussão o pedido de urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 6/2014, foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão, o pedido de urgência para deliberação do Projeto de Lei nº 7/2014, em consonância com ofício do Gabinete do Executivo Municipal sob nº 58/2014, usou da palavra o vereador Rui Capelão. O vereador Rui Capelão, afirmou ser temerária a questão, já que prejudicial à região norte, se comprometendo a comprovar este fato, oportunamente. Em uso da palavra, o vereador Silvio Gonçalves defendeu a necessidade de discutir e analisar o impacto, manifestando-se contrário ao regime de urgência pela dimensão do projeto. Pontuou a importância de critério para não transformar o sonho da casa própria em pesadelo, defendendo a realização de audiência pública para este fim. Questionou os vazios existentes na cidade. Em uso da palavra, o vereador Jorge Menegatti defendeu a inexistência de urgência. Apontou que a região norte, devido às ruas estreitas não comporta a circulação diária de cerca de 14.000 pessoas, pugnando por ruas e avenidas mais largas, além de núcleos industriais. Lembrou que são 3.500 famílias envolvidas; frisando a importância de tempo adequado para estudo do referido projeto. Em uso da palavra, o vereador Vanderlei afirmou que o projeto busca atender as famílias inscritas no programa Minha Casa Minha Vida. Informou que ocorrerá audiência pública, no dia 24 de fevereiro no auditório da Prefeitura, para discutir a questão. Louvou a infraestrutura urbana prevista e a obrigatoriedade do Plano Diretor contemplando inclusive a realização de audiência pública, antes da ampliação do perímetro urbano. Frisou que contará com escola fundamental do 1º ao 5º ano, capaz de atender 730 alunos; escola de ensino fundamental e médio com capacidade para 584 alunos, dois CEMEI's; uma Unidade de Saúde da Família abrigando 2 equipes para atender 8.000 pessoas, um CRAS, além de outras melhorias. Em aparte, o vereador Nei Haveroth,

lembrou que o projeto deverá contemplar parecer do Conselho das Cidades e atender as exigências do Plano Diretor; envolvendo diversas entidades nesta discussão. Em uso da palavra, o vereador Gugu encaminhou voto favorável ao pedido de urgência. Em votação nominal, o pedido de urgência formulada através do ofício 58/2014 foi aprovado por 18 votos favoráveis e 02 votos contrários. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Sílvio José Gonçalves, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Paulino Pereira da Luz, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini; e contrários os vereadores: Jorge Menegatti e Rui Capelão. Considerando a existência de consenso na aprovação dos requerimentos nº 7/2014 e 08/2014, estes após leitura, foram votados em bloco, com a aprovação pela totalidade dos vereadores presentes. Finda à ordem do dia, o senhor Presidente suspendeu a sessão por breve intervalo. Decorrido breve interregno, abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, sendo a primeira inscrição a do vereador João Paulo. O vereador João Paulo usou o espaço para falar sobre saúde pública. Mencionou o caso do senhor de 84 anos que realizou a própria cirurgia de hérnia, por não suportar mais aguardar pelo atendimento. A cirurgia foi feita com uma faca, sem anestesia e, sem sutura. Abordou também, a questão de medicamentos, notadamente antibióticos que não têm chegado com a presteza necessária. Em aparte, o vereador Jaime Vasatta questionou se não haveria equívoco neste relato, insistiu para que o chefe da 10ª Regional oferecesse explicações sobre as questões de saúde. Agradeceu o apoio de todos desta Casa de Leis e mencionou o encaminhamento da questão ao Ministério Público. Em aparte, o vereador Vanderlei mencionou caso de uma senhora que veio solicitar vaga para cirurgia do esposo, e que a central de leitos alegou não existir. Ressaltou a importância da CPI da saúde, no sentido de apurar questões pontuais, notadamente problemas não solucionados pela 10ª Regional de Saúde. Em aparte, o vereador Gugu mencionou filas no corredor do HUOP, a despeito dos frequentes aportes de recursos. Em aparte, Nei Haveroth lembrou que é desejo de todos desta Casa de Leis uma solução para a problemática da saúde. Mencionou que muitos não têm feito à tarefa para qual estão designados. Arrematou com a seguinte reflexão: quanto vale uma vida e arguiu se seria crível atendimento médico exclusivo para os que têm recursos financeiros para pagar. Em aparte, o vereador Rui Capelão mencionou a CPI da Saúde realizada pelo Estado, sob a presidência do Deputado Paranhos, e sugeriu que cobrasse da mesma os resultados alcançados. Na condição de próximo inscrito, usou da palavra, o vereador Sílvio, pedindo a exibição de vídeo. Reiterou pedido para conclusão das obras, (calçadas) na divisa do Sanga Funda com o bairro Floresta; mostrando as dificuldades do trecho, bem como, o grande fluxo de crianças e cadeirantes, transformando a passagem por ali em verdadeira aventura. Mencionou a luta que perdura por dois anos, por área de interesse social para atender 178 famílias, inclusive com determinação judicial e para qual não foi solicitada urgência. No uso da palavra, o vereador Paulino, se solidarizou com a CPI da saúde e, aventou a problema de gestão. Abordou em linhas gerais projeto de sua autoria, que pretende a abertura das Unidades de Saúde por 12 horas, ao tempo em que pediu o apoio das Comissões para a sua tramitação célere; lembrando que aquele que experimenta dor não pode esperar. Solicitou igual apoio para a reivindicação efetuada, a fim de que as escolas e logradouros públicos estivessem a serviço da comunidade nos finais de semana. Lembrou que em se tratando de

educação não há que se falar em custo, mas sim em investimento. Em aparte, o vereador Rui Capelão destacou as dificuldades do serviço público, notadamente no que concerne a fiscalização e expôs a sua luta pela melhoria e qualidade do serviço público. Mencionou as indicações que elaborou cobrando acessibilidade e, protestou pela ausência de respostas. Destacou a necessidade de atuar em defesa das classes menos favorecidas. O vereador Pedro Martendal abriu mão do pronunciamento dado o exíguo número de companheiros e o adiantado da hora e, de antemão se inscreveu para o primeiro pronunciamento de interesse público, da próxima sessão. O vereador Luiz Frare não usou da palavra e nem tampouco o vereadores: Gugu Bueno e Romulo Quintino, que igualmente abriram mão da sua. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e dez minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**MARCIO PACHECO**  
Presidente

**GUGU BUENO**  
1º Secretário